



escola de **gestores**
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE PLANEJAMENTO DOS
PROFESSORES: construção e os desdobramentos do Projeto
Político-Pedagógico**

CLÁUDIA MÁRCIA RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE PLANEJAMENTO DOS
PROFESSORES: construção e os desdobramentos do Projeto
Político-Pedagógico**

Trabalho apresentado como pré-requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Hasla de Paula Pacheco do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE PLANEJAMENTO DOS PROFESSORES: construção e os desdobramentos do Projeto Político-Pedagógico

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ____ de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor Avaliador

Professora Hasla Pacheco

Cláudia Márcia Ribeiro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Mariano e Arthur, companheiros no amor, na vida e nos sonhos, que sempre me apoiaram nas horas difíceis e compartilharam comigo as alegrias.

Aos meus irmãos e amigos pela paciência e incentivo, mesmo nos momentos de ausência, não me deixaram desistir.

Aos professores, pela dedicação e competência que contribuíram para minha formação.

E a Deus, sem ele nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, professores e toda equipe da UFMG, que contribuíram de maneira relevante para que este sonho se tornasse possível.

EPÍGRAFE

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Hilda Nunes Brandão, no eixo Tempos e Espaços Escolares e a organização do tempo do trabalho do corpo docente da escola, objetivando refletir sobre gestão do tempo e como ele é organizado de forma a garantir o tempo de planejamento dos docentes na instituição.

Buscou-se neste trabalho apresentar como suporte para o embasamento teórico o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento que direciona a organização do trabalho na instituição, a legislação em vigor e autores que discutem sobre o assunto como Souza (1999), Cavaliere (2007), Dourado (2003), Vasconcellos (2004), Torres (2001), dentre outros.

Como principais reflexões, atenta-se para gestão do tempo na instituição, a importância do PPP como balizador das práticas pedagógicas, a importância do tempo de planejamento para o docente e a sua determinação legal, além de refletir sobre os reflexos da implementação do tempo pedagógico docente na escola.

Palavras-chave: Tempo Escolar, Planejamento, Tempo Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. GESTÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO E NA ESCOLA.....	6
1.2 A organização do tempo pedagógico do professor na escola.....	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS	13
ANEXO – Projeto Político Pedagógico.....	14

INTRODUÇÃO

Refletir como o Projeto Político Pedagógico da escola propõe a organização dos tempos dos docentes em seu eixo Tempos e Espaços Escolares é o objetivo central deste estudo. Esta temática fundamenta-se nos trabalhos de Souza(1999), Cavaliere (2007), Dourado(2003), Vasconcellos(2004), Torres(2001), dentre outros e o amparo legal das instâncias, Federal, Estadual e Municipal, que indicam a organização do trabalho docente e a organização dos tempos e espaços na escola.

A escolha do tema se deu na observação do tempo de trabalho dos professores na escola, a sua lógica de organização e como a legislação afeta diretamente a disposição dos arranjos dos tempos na instituição. No PPP da E.M. Hilda Nunes, o texto fundamenta a organização na escola:

A organização dos tempos e espaços no ensino fundamental permite a utilização de formas diferenciadas de organizar a escola no que se refere à enturmação e aos diferentes agrupamentos para atender às necessidades dos estudantes, bem como a diversidade de matérias, os variados suportes literários, as atividades que mobilizam o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares, as atividades de reforço, e a articulação entre a escola e a comunidade.(2014,P.20)

Para tal, buscou-se refletir sobre os tempos no PPP, o eixo que diz respeito a organização do trabalho pedagógico na instituição, o calendário letivo , a enturmação dos estudantes, a divisão do tempo escolar, o horário das aulas, dentre outras especificações.

A partir destas considerações iniciais, apresentamos a estrutura deste trabalho, que se divide em três capítulos:

No capítulo 1 apresento considerações acerca da gestão do tempo e a sua institucionalização na educação, a análise do PPP da escola como documento referência para esta reflexão.

No capítulo 2 apresento o embasamento legal sobre a organização do tempo do professor e descrevo a organização do tempo docente na Escola Municipal

Hilda Nunes. E no último capítulo apresento algumas considerações finais, que inicia-se com uma reflexão sintética sobre a valorização do professor, para em seguida abordar os tópicos acerca da empregabilidade do tempo pelo professor na escola e a atuação do PPP para solução do problema.

1. GESTÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO E NA ESCOLA

A gestão do tempo na escola é um tema importante que constitui sua prática pedagógica, é através dela que a educação ganha forma no cotidiano escolar, através de calendários, horários, dentre outros. A organização do tempo, embora assegurado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9394/96, autonomia pedagógica e administrativa da escola, impõe regras e normas que deve gerar momentos de reflexão coletiva sobre qual tipo de organização adequada aos anseios de cada instituição.

O (PPP) é um documento contemplado na LDB9394/96, que tem como princípio norteador a autonomia pedagógica e administrativa de cada escola. Aponta a necessidade do caráter da gestão democrática, onde os envolvidos no processo educacional (professores, pais, estudantes e comunidade escolar), elaborem a sua proposta pedagógica, para assim alcançar melhores resultados e qualidade na educação oferecida.

Tendo como base o PPP da Escola Municipal Hilda Nunes dos Santos, o eixo tempos escolar segue a legislação Lei nº 9394/96 art.23, que orienta que a organização dos tempos escolares deverá ser de 200 (duzentos) dias de efetivo Trabalho Escolar e carga oitocentas horas como carga horária mínima, garantindo assim aos estudantes seu direito à educação e a Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece a organização da jornada de trabalho para os profissionais da educação, em seu artigo 2º, inciso 4º propõe “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.”

A organização do tempo escolar na ótica da gestão democrática e dos direitos estabelecidos em lei, tanto para os estudantes, quanto para a categoria dos professores, deve contribuir para que o trabalho cotidiano privilegie melhor aproveitamento dos tempos das aulas, para assim proporcionar melhor aprendizagem, como também possibilitar aos professores condições de trabalho para elaborar suas aulas, discutir e apontar caminhos para os desafios encontrados na escola.

Desde que o ensino e aprendizagem foram institucionalizados, formalizado e planejado, a organização dos tempos na escola sempre foi ponto importante. A gestão do tempo na escola reflete um dado momento histórico e social. Segundo Cavaliere:

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral.(2007, p.1015)

A institucionalização do tempo na escola no Brasil, tem suas raízes nas escolas jesuítas, que inicia-se na Europa no século XX. A escola pública é legitimada e ganha o controle do Estado. De acordo com Souza:

A atuação legal do Estado sobre a prescrição do tempo cresce no decorrer do século XVIII neste continente, e intensifica-se no século XIX, acompanhando o processo de secularização da escola elementar e a configuração dos sistemas estatais de ensino. A normatização do tempo pelo Estado significou, em toda parte, colocar em ação um dispositivo de racionalização do ensino e de controle sobre a infância e os professores.(1999, P. 129)

Neste momento, o tempo é normatizado e as atividades pedagógicas e curriculares ganham caráter burocrático nas instituições. Portanto, a medição tempo na escola remete a necessidade de coordenar e sincronizar através de calendário letivo, rotinas, projetos, semestres, dias, horas e minutos. Segundo o Caderno 4 – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico:

Tempo-espaco são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo

a sua existência finita. Com o avanço científico-tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que saber lidar com a simultaneidade e a complexidade do tempo de hoje. (2004, p. 45.)

A escola carrega consigo o termo de transformar o tempo e espaço em fazer pedagógico, de forma a cumprir o papel que atribuído pela sociedade contemporânea. Diante disto, a gestão do tempo na escola é uma tarefa que se traduz na vivência pedagógica tanto dos estudantes, quanto dos professores no ambiente escolar.

1.2 A organização do tempo pedagógico do professor na escola

O tempo do professor para planejamento é um direito assegurado por lei, já contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, que propõe a jornada de trabalho extraclasse, em seu artigo 67, inciso V: “período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.”

De acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), segue o referido no Parecer nº 5/97, que trata sobre a Proposta de Regulamentação da Lei 9394/96, diz que:

Ao mencionar a obrigatoriedade da ministração das horas-aula, a lei está exigindo (artigos 12, incisos III e 13, inciso V) que o estabelecimento e o professor ministrem as horas-aula programadas, independente da duração atribuída a cada uma. Até porque, a duração de cada modulo-aula será definido pelo estabelecimento de ensino, dentro da liberdade que lhe é atribuída, de acordo com as conveniências de ordem metodológica ou pedagógica a serem consideradas. O indispensável é que esses módulos, somados, totalizem oitocentas horas, no mínimo, e sejam ministrados em pelo menos duzentos dias letivos.

A organização do trabalho pedagógico na escola ganha nova forma e de acordo com os apontamentos da legislação em vigor e as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Contagem (SEDUC). Toda esta organização e lógica é para permitir ao professor condições de cumprir seu trabalho, pois, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação, os docentes incumbir-se-ão de:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. ministrar os dias letivos e hora-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (1996, art.13)

Portanto, a jornada de trabalho semanal do professor da Rede Municipal de Ensino de Contagem é de 22h30min (vinte e duas horas e trinta minutos), e é assegurado 15h (quinze horas) para desenvolvimento de atividades com os estudantes. Sendo assim, 1/3 (um terço) da jornada de trabalho que corresponde a 07h30min foi assegurada como tempo pedagógico, para professores investirem na organização do trabalho educacional.

Seguindo as orientações e a autonomia administrativa-pedagógica da escola, ficou definido com o coletivo o módulo de 60 minutos, com objetivo de qualificar a aula, pois possibilita ao professor mais tempo para iniciar, desenvolver um conteúdo, motivar, refletir, demonstrar, experimentar, concluir, etc.

A organização do tempo dos professores com módulos-aula de 60 minutos na escola ficou da seguinte forma: Das 4h30min (quatro horas e trinta minutos), diárias dos professores, 3h (três horas) de efetivo trabalho com os estudantes e 1h30min (uma hora e trinta minutos) que corresponde a um terço da carga horária destinada ao tempo pedagógico, 1h (uma hora) de tempo pedagógico e 30 minutos, sendo 20 minutos de recreio + 10 minutos na entrada para informes e trocas com o coletivo.

Um dia na semana, 01(um) tempo do professor, ou seja, 1h(uma hora) é reservado ao encontro pedagógico, organizados com os grupos de professores que atuam no mesmo ano ou na mesma turma, sempre com a presença do pedagogo responsável pela equipe. Neste encontro, sempre com pauta definida, o foco é a aprendizagem dos estudantes e a prática pedagógica em

sala de aula. Os encontros são utilizados para estudo de temas relacionados à prática, monitorar a aprendizagem dos estudantes a partir dos resultados das avaliações sistêmicas e/ou internas, além de traçar metas coletivas acerca dos resultados com a turma.

Os outros tempos pedagógicos destinados ao professor são utilizados de acordo com a sua autonomia, para planejar as aulas, preparar material, pesquisar, atendimento às famílias e dentre outras.

Esta organização trouxe um ganho pedagógico para a escola, pois foi organizado segundo as instruções do PPP, que propõe agrupamentos diferenciados de forma a privilegiar a aprendizagem dos estudantes. O tempo reservado para planejamento e estudo dá ao professor condições ministrando a sua aula com melhor qualidade e sem improvisações, além de possibilitar a reflexão sobre a sua prática, traçando estratégias de intervenção pedagógica em função do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disto, este estudo desencadeou na reflexão sobre o PPP da Escola Municipal Hilda Nunes, no eixo Tempos e Espaços Escolares, além descrever como é a organização do tempo do professor na instituição. O tempo de planejamento dos docentes, está fundamentado em orientações legais. Contagem este tempo foi implementado em 2013, com a Lei do Piso, o que possibilitou melhores condições de trabalho para o professor, com reflexos diretos na sua atuação em sala de aula.

A valorização do professor é uma meta nacional, e as condições de trabalho com certeza refletem no desempenho do profissional, percebe-se com esta organização que muitos profissionais posicionam-se mais comprometidos e organizados. O que é um ganho tanto para a escola, quanto para a melhoria da qualidade da educação.

O município avança no sentido da valorização do professor, com a implementação da Lei do Piso, conquista tanto para a educação quanto para os professores. Avanço que refletiu na prática pedagógica da escola, pois, esta forma de organização e distribuição do horário escolar possibilitou ao professor tempo para dedicar-se ao trabalho, momentos de trocas com seus pares e melhor articulação com a equipe pedagógica, monitoramento da aprendizagem dos estudantes, momento de estudo como consequência, melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Contudo, não se pode negar a falta de entendimento de alguns profissionais e até mesmo a direção da escola acerca da empregabilidade do tempo pedagógico, que às vezes é utilizado por alguns professores para descanso, resolver problemas pessoais, moeda de troca para dias de faltas e conversas alheias ao trabalho.

Em suma, o horário proposto é uma leitura e interpretação da organização dos espaços e tempos escolares, eixo do PPP da escola, considerando que a

gestão segue o princípio democrático, é necessário e urgente que o coletivo da escola se organize e apontem caminhos acerca da empregabilidade dos tempos pedagógicos, para que este tempo, seja proveitoso e significativo e reflita na aprendizagem dos estudantes e melhoria da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei Federal a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Senado Federal, 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública . Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 01 de janeiro 2015.

DOURADO, L. **Gestão escolar democrática** – a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.
SAVIANI, D. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

MEC. Conselho Escolar e o Aproveitamento Significativo do Tempo Pedagógico. Brasília: MEC, 2004. Caderno 4.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de infância, tempos de escola**: a ordenação do tempo escolar no ensinopúblico paulista (1892-1933). Educação Pesquisa, jul./dez. 1999, vol.25, no.2.

TORRES, S. R. **Reuniões pedagógicas**: espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática? In: ALMEIDA, L.R.; PLACCO, V. M. N. S. O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. São Paulo: Loyola, 2001.

VASCONCELLOS. C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5. Editora, 2004.

ANEXO – Projeto Político Pedagógico



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS**

CLÁUDIA MARCIA RIBEIRO

JULIANA LOTT

BELO HORIZONTE, 2014



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL HILDA NUNES DOS SANTOS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Mariangela Terra do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
1. FINALIDADES DA ESCOLA	8
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	Erro! Indicador não definido.
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	12
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	13
3. CURRÍCULO.....	18
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	20
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
7. AVALIAÇÃO.....	21
CONSIDERAÇÕES	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Hilda Nunes dos Santos teve parecer favorável, nº 66/2004, para funcionamento do conselho Municipal de educação no dia 19 de agosto de 2004 autorizando o funcionamento da escola Hilda Nunes ods santos para o Ensino Fundamental (1º, 2º e 3º ciclo). Está localizada a rua N, 157, bairro Tupã, Município de Contagem, estado de Minas Gerais, e-mail em.hilda.nunes@contagem.mg.gov.br, telefone (31) 39141024. A escola atende todo o Ensino Fundamental compreendendo o 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo. Além disso, pela falta de uma unidade de educação Infantil (CEMEI) no bairro, a escola também conta atualmente com turmas de educação Infantil de 4 a 5 anos.

Os estudantes são provenientes de duas regiões sendo pequena parcela oriundos da região de Nova contagem e a maior parte dos estudantes são residentes no bairro Tupã, estas são regiões periféricas ocupadas irregularmente e com grande vulnerabilidade social. Os estudantes de Nova contagem têm acesso á escola através do transporte escolar oferecido pela prefeitura de Contagem.

A escola conta com os seguintes programas:

Mais Educação: programa do governo Federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, oferece várias modalidades como Vôlei, informática, horta escolar e Letramento atendendo a um total de 150 estudantes diariamente no contra turno.

Escola Aberta: programa do Governo federal com o objetivo de melhorar a qualidade da educação e diminuir os índices de violência oferecendo várias modalidades como: artesanato, esportes, recreação, horta e funciona aos finais de semana.

A escola possui nove salas de aulas amplas, uma sala de artes, um laboratório de ciências, uma sala de informática, uma sala de Libras, duas salas de educação infantil, uma sala multiuso, biblioteca, uma área coberta

parabrinquedoteca, área com mesas pré-fabricadas para o uso diversos, uma quadra coberta, cozinha e refeitório. Há também uma horta grande e produtiva. Na administração escolar: A escola possui 01 diretora, formada em pedagogia, 01 vice-diretor formado em Educação Física; 01 secretário com formação escolar em nível médio, 02 porteiro, um para cada turno, que possuem apenas o nível fundamental; 03 faxineiras com nível fundamental. 02 assistentes No apoio técnico: 03 pedagogas com formação escolar em nível superior, 02 assistentes de biblioteca com nível médio. No corpo docente têm, 12 professores PEB 1 formados em Pedagogia, regentes de turmas; 02 professores de artes; 01 professor de língua portuguesa; 01 professor de matemática; 01 professor de história; 01 professor de geografia; 01 professores de língua inglesa 01 professor de Ensino Religioso.

A construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) teve início em 2004. Como base para os trabalhos, partimos do embasamento legal, a LDB (Lei nº 9394/96), que em seu art. 12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal sobre a responsabilidade da escola em elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art. 14:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes

Orientações que foram seguidas com a participação efetiva de todos os envolvidos, Com objetivo de destacar a descentralização da gestão, o fortalecimento da autonomia e a garantia da participação de todos, sobre este cenário iniciou-se a elaboração do PPP da Escola.

A sistematização e elaboração do PPP foram realizadas com assessoria de Rita Durso, especialista em currículo, que acompanhou o processo até o ano

de 2006. Ano em que iniciou-se a estruturação da proposta curricular, formatada pelas intenções educativas, eixos temáticos, capacidades a serem desenvolvidas, conteúdos por disciplina, atividades, recursos e indicadores de avaliação.

A construção do PPP levou em consideração a realidade que circunda a Escola e as famílias dos estudantes, pois certamente, a realidade social dos estudantes afeta a vida escolar, os resultados das avaliações sistêmicas, os recursos humanos e as condições físicas, dados que contribuíram para orientar todo o mecanismo da escola, transformando-os em currículo, objeto de planejamento, potencial de aprendizagem e metas a serem alcançadas.

Com o objetivo de destacar a descentralização da gestão escolar criou-se o Conselho Escolar constituído desde Fevereiro/ 2004 com base na LDB 9394/96. O conselho Escolar tem peso de decisão enquanto órgão máximo da instituição, de caráter deliberativo, consultivo e normativo no referente a quaisquer assuntos relacionados à escola.

O conselho foi composto pelo diretor, pedagogo e por professores representantes de cada ciclo e fase de ensino, um servidor, um auxiliar, dois pais e dois estudantes maiores de 14 anos frequentes.

Entende-se que o PPP não é um documento pronto e acabado, seu processo de avaliação e reflexão será contínuo, realizado após cada atividade desenvolvida nos projetos, com a participação dos alunos, comunidade, direção, professores e equipe pedagógica.

O projeto político-pedagógico é fundamental, pois ele passa a ser uma direção, um caminho para as ações da escola. É a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo. Segundo J. C. Libâneo:

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e

jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, norteador da vida escolar.(1988, P.42)

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Educação é um dos processos de formação da pessoa humana. Processos através do qual as pessoas se inserem na sociedade, transformando-se e transformando a sua realidade.

A escola contemporânea é um lugar de convívio e legitimação de diversos saberes e fazeres considerando a socialização do conhecimento formal historicamente construído. Assim, a escola é um espaço de ampliação da experiência humana, que traz novos conhecimentos, metodologias e as áreas de conhecimento contemporâneas. Sua função é promover crescimento e desenvolvimento humano, criando possibilidades para que os sujeitos socializem experiências, realizem aprendizagens e construam sua identidade numa perspectiva de pleno exercício da cidadania.

Entendemos que o homem é um ser sócio-histórico, portanto social, capaz de produzir e suprir suas necessidades, produto e produtor das relações sociais estabelecidas em um dado momento histórico e a sociedade como a expressão das relações sociais produzidas ao longo da história, refletindo as contradições estabelecidas pelas relações de poder.

É através dessas contradições que são criados os conflitos que por sua vez, desencadeiam o processo de mudança permanente da realidade, na busca por condições mais justas e igualitárias. A sociedade que almejamos é entendida como um grupo que se constitui no universo das relações sociais baseadas no respeito à diversidade e aos princípios focados na dignidade humana, na justiça e valorização da vida.

A aprendizagem é entendida sob uma visão histórico-cultural que precede o desenvolvimento, assim o desenvolvimento humano é compreendido não como decorrência de fatores isolados que amadurecem nem tampouco de fatores ambientais, mas sim, através de relações recíprocas entre o indivíduo e o meio, cada aspecto influenciando sobre o outro. Nesta perspectiva, a aprendizagem

ocorre nas atividades desenvolvidas coletivamente e dá-se necessariamente pela mediação de outras pessoas. Para Vygotsky, (2003, p. 115): "[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daquelas que as cercam".

A aprendizagem não pode se limitar aos aspectos psicológicos como processos mentais. É preciso considerar também outros aspectos como os valores, interesses, experiências, culturas, escolhas, fins que encaminham internalizações físicas e mentais que proporcionem ao sujeito a tomada de consciência de si mesmo e do que acontece no seu entorno. Vale ressaltar, que cada aprendente possui suas especificidades.

Na trajetória em busca do saber acadêmico, o professor tem como principal função ser o mediador. Caberá ao mediador, administrar as possibilidades de aprendizagem de cada aprendente, ciente de que as condições assimilativas não se dão da mesma forma e no mesmo tempo para todos, respeitando as limitações, necessidades e interesses de cada estudante.

Outro fator relevante para aprendizagem escolar do nosso tempo, são as informações que surgem a cada momento, com o advento das novas tecnologias digitais que nos tornam, a todos, professores e alunos, eternos aprendentes, para poder adquirir diferentes competências ao lidar com novos conhecimentos. São esses saberes que estabelecem diferentes formas de aprendizagem, além daquelas que temos considerado há algum tempo, importantes e essenciais.

A avaliação é parte integrante do currículo, na medida em que a ele se incorpora como uma das etapas do processo pedagógico. O maior propósito em avaliar está em melhorar as ações futuras e, no caso da avaliação escolar, visa atingir determinados objetivos voltados à ampliação permanente de conhecimentos de professores e alunos. É necessário entender a avaliação como um processo amplo da aprendizagem que tem professores e alunos como corresponsáveis e estabelecer um sistema de avaliação diagnóstica

qualitativa, que preze pelas especificidades do aluno, contemple a sua formação como cidadão e que sirva para ressignificar a prática educativa.

O processo de avaliação tem início quando o professor conhece melhor o estudante, sua forma de aprender, suas competências, interesses e técnicas de trabalho. Assim o professor, ao recolher informações contínuas e aliado a diversos procedimentos metodológicos, constata seu grau de aprendizagem em relação ao todo. Conhecer o aluno e adequar o processo de ensino aos que apresentarem dificuldades, bem como fazer uma análise sobre o sucesso alcançado em função dos objetivos previstos e revê-los de acordo com o resultado obtido no processo de avaliação é fundamental.

Nesta perspectiva, a observação, o registro, as reflexões constantes sobre a importância do erro construtivo, o conselho participativo e a autoavaliação, são aspectos que formalizam o processo de construção da corresponsabilidade no processo educativo.

Os princípios que servem de modelo para o trabalho desenvolvido na escola estão de acordo com os princípios de Democracia da Constituição federal em seu artigo 206, bem como, com os princípios da educação determinados pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu artigo 205. Contudo, é importante ressaltar que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e é no âmbito escolar que as questões relacionadas à violência e discriminação ganham espaço, trazendo consequências, por vezes, desastrosas para o bom andamento do processo educativo. Em virtude disso, a escola não pode se furtar em discutir questões como a exclusão, a injustiça e o individualismo.

Estas discussões, tem nos conduzido, ao entendimento de que o respeito pelas diferenças são de todo modo, uma construção coletiva, e, em se tratando de convivência precisa ser cultivado por todos, em benefício de todos. Entretanto, é preciso que escola, permita que se expressem as diferenças e que sejam consideradas. É necessário construir os relacionamentos percebendo as diferenças de cada um, os seus anseios e limitações, desta forma, os alunos

perceberão que “os conflitos são inerentes aos processos democráticos, são os que fazem avançar e, portanto, não devem ser ocultados ”(Brasil, 1998 p.66)

.

No que tange a promoção da socialização, as discussões em torno do PPP mostram a preocupação da comunidade com relação aos princípios de democracia e portanto, no que diz respeito a equidade de direitos, que não se restringe a garantia de acesso universal à escola. Ao enfatizar o respeito pelas diferenças e diversidade, a escola propõe o combate a todo tipo de discriminação, seja ela de cunho religioso, étnico, de gênero e cultural. Ainda que, represente para professores, pais, alunos e funcionários um grande desafio fazer da identidade cultural e social a base do currículo escolar, algumas ações apontam para a importância de tal aspecto, como por exemplo, a valorização da participação dos alunos portadores de necessidades especiais nas atividades escolares e, a atuação dos profissionais que lidam, diretamente com esses alunos, no planejamento curricular.

Estas e outras tantas iniciativas, são essenciais para a continuação de um movimento que mobiliza a comunidade em torno da necessidade em despertar e conscientizar jovens e crianças para a vivência de valores voltados para a ação solidária e para o respeito mútuo.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

Na administração escolar: A escola possui 01 diretora, formada em pedagogia, 01 vice-diretor, formado em Educação Física; 01 secretário com formação escolar em nível médio, 02 porteiros, para cada turno, que possuem apenas o nível fundamental; 06 faxineiras com nível médio. No apoio técnico: A escola conta com 04 pedagogas com formação escolar em nível superior, 01 bibliotecária com nível superior, 01 assistente de biblioteca com nível médio. A escola possui o seguinte corpo docente 03 professores de química, sendo que apenas um possui formação em química; 03 professores de biologia; 03 professores de física, apenas um é formado em física; 03 professores de matemática; 03 professores de história; 03 professores de geografia; 02 professores de filosofia, um formado em história e o outro em administração; 02 professores de sociologia um formado em psicologia e outro formado em letras; 03 professores de língua portuguesa; 03 professores de língua inglesa. No início do ano de 2009, foram matriculados 375 alunos no 1º ano dos três turnos; 325 no 2º ano também dos três turnos e 273 no 3º ano, totalizando 973 alunos devidamente matriculados. Os alunos de educação especial e do EJA já estão incluídos nesses dados. Estes dados foram obtidos na secretaria da escola.

É considerada uma escola de grande porte e dispõe de uma estrutura física que não atende completamente as reais necessidades da comunidade escolar como um todo, pois, a mesma deixa a desejar no que diz respeito às divisões dos ambientes e sua estética. No momento da sua construção foi omitido um pensamento futuro, quando se percebeu apenas as exigências momentâneas, desconsiderando as necessidades que porventura surgissem adiante. Assim sendo, foi necessário, no decorrer do tempo a utilização de duas salas para a Educação Infantil.

Outra dificuldade para desenvolvimento das atividades na escola é o espaço para as atividades físicas, a quadra fica sempre para o uso do professor de

Educação Física e as atividades recreativas do Programa Mais Educação e Educação Infantil contam com o pátio descoberto, em dias de chuva não podem ser utilizados, restando aos estudantes a sala de aula.

Além das necessidades supracitadas, é importante ressaltar que também se enfrenta problemas com as salas de aula no que se refere à acústica (no pavilhão térreo), ventilação, iluminação, lousa, mobiliário e mobiliário. Outro agravante diz respeito a pouca acessibilidade, em toda a sua amplitude, para estudantes e funcionários com necessidades especiais.

É necessário a construção de um prédio para a Educação Infantil, em outro espaço do bairro, que garantiria melhor atendimento dos estudantes e uma estrutura adequada a faixa etária.

2.2 Estrutura organizacional Pedagógica

A Secretaria Municipal de Educação em parceria com pedagogos e professores organizou em 2012 a discussões sobre a elaboração do documento de Expectativas de Aprendizagem. O documento foi elaborado de maneira coletiva, com a participação dos professores da rede e dos técnicos pedagógicos que atuavam nos Núcleos Regionais de Educação.

O documento tem como objetivo subsidiar o trabalho docente, não desconsiderando a autonomia da construção da Proposta Pedagógica Curricular e do Plano de Trabalho Docente, portanto, a Equipe Pedagógica, juntamente com os professores, após avaliação diagnóstica dos estudantes, definem quê, como, para quem e para que ensinar, bem como planejar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem a cada ano letivo.

A escola está organizada em Ciclo de Formação Humana, orientação que contempla a Rede Municipal de Ensino de Contagem. Organização respaldada pela Lei nº 9 394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). É uma

proposta que busca a reformulação da estrutura escolar, a fim de torna-la maleável, com o tempo escolar mais flexível, mais longo e atento a diversidade e as especificidades dos estudantes. Essa concepção é retomada, neste documento, com a mesma ênfase atribuída por Arroyo:

[...] A concepção de Ciclo é inseparável do avanço do direito a educação básica ou do direito ao pleno desenvolvimento de todos nos como seres humanos. Essa e a visão dominante na nova LBD (art. 2º e 22º) e essa é a visão que nos orienta a buscar um novo ordenamento, uma lógica estruturante do sistema escolar e da escola que de conta dessa concepção de educação básica universal. Nesse quadro de preocupações, Ciclo não é um amontoado ou conglomerado de series, nem uma simples receita para facilitar o fluxo escolar, acabar com a reprovação e a retenção, não é uma sequencia de ritmos de aprendizagem. É mais do que isso. É uma procura, nada fácil, de organizar o trabalho, os tempos e espaços, os saberes, as experiências de socialização da maneira mais respeitosa para com as temporalidades do desenvolvimento humano. (1999, p.158)

As turmas são organizadas de forma heterogênea, com média de 35 alunos por turma. As turmas da Educação Infantil são divididas por períodos do 2º ao 3º e o Ensino Fundamental em ano/ciclo do 1º ao 9º ano. Da educação infantil ao 5º ano a turma dispõe de professores habilitados. Do 6º ao 9º ano, cada disciplina possui um professor especialista da área.

A interação do grupo de educadores se faz semanalmente através do módulo de uma hora, destinados ao planejamento da equipe, divididas por ano/ciclo, onde participam os professores e o pedagogo responsável pela turma.

A interação com o coletivo de educadores se faz de acordo com os dias escolares elencados no calendário a instituição, acontecem mensalmente através de um módulo de quatro horas, destinados a projetos e estudos coletivos, onde participam todos os professores, pedagogo e direção da escola, e sempre que se faz necessário, demais funcionários.

A escola trabalha com projetos de ensino, e estabelece parcerias com a comunidade. Acredita e apoia atividades criativas e educativas, como gincanas, eventos, proteção ao meio ambiente e incentivo à leitura dentre outros aspectos.

3. CURRÍCULO

3.1 O currículo da Educação Infantil:

A proposta pedagógica da escola considera a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos a natureza e a sociedade, produzindo cultura. E está em consonância com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil e pelas Diretrizes da Secretária Municipal de educação de Contagem.

Segundo o Caderno de Currículo da Educação Infantil de Contagem, o currículo:

É concebido como um conjunto de experiências culturais relacionadas aos saberes e conhecimentos, vividas numa instituição de Educação Infantil, na perspectiva da formação humana.(2010, p. 13)

Possibilita aos estudantes a vivência de experiências em dez campos: mundo natural, mundo social, linguagem escrita, matemática, cuidado e relações, brincar e brincadeiras e corpo e linguagem corporal.

Essas experiências são determinadas pelas especificidades do desenvolvimento e pelas necessidades e interesses das crianças. Essa relação se dá num determinado contexto, o que possibilita a formação humana nas suas diversas dimensões. Formação humana que é eixo do currículo proposto na Educação Infantil de Contagem e que acontece de forma intencional na escola.

Campos de experiências:

Mundo natural: Diz respeito aos fenômenos físicos, químicos e biológicos, com como ao meio ambiente e a sustentabilidade.

Música e Linguagem Musical: Diz respeito a aspectos relacionados à escuta e apreciação, ao fazer musical aos movimentos e a dança.

Cuidado e Relações: Diz respeito a aspectos afetivos e socioculturais da formação humana. Trata do autoconhecimento, da auto-organização, do cuidado e do autocuidado, da relação entre o eu e o outro, bem como de aspectos filosóficos e éticos.

Matemática: trata dos aspectos relacionados à relações quantitativas, ao conceito de número, às grandezas e medidas, às formas e às orientações de espaço, tempo e ao tratamento da informação. Entrelaçando a Matemática com construção social e explorando seus diferentes usos e funções sociais.

Linguagem Escrita: Diz respeito à leitura, à escrita, à reflexão sobre a língua e à literatura, que é a expressão artística dessa linguagem. Sua aprendizagem ocorre por meio dos processos de alfabetização e letramento.

Arte e Linguagem Plástica e Visual: Diz respeito à Arte tratada em sua dupla dimensão de conhecimento que tem como eixos a apreciação, o fazer e o conhecimento sobre Arte e como linguagem, expressando-se por meio de diferentes linguagens, tais como a plástica e a visual.

Brincar e Brincadeiras: Diz respeito às vivências lúdicas experimentadas pelas crianças na instituição, tais como as brincadeiras em suas diversas formas, os jogos e, em especial, o faz-de-conta.

Mundo Social: Trata das vivências e acontecimentos sócios culturais que se desenvolvem no tempo e no espaço. Diz respeito às relações humanas, abrangendo as práticas sociais e o ambiente social, perpassando por questões como identidade, ética, cidadania e diversidade.

Corpo e Linguagem Corporal: diz respeito a aspectos relacionados ao corpo, com ênfase nos movimentos, na expressividade, nas sensações, na saúde e na sexualidade.

Linguagem Oral: Trata da linguagem oral como um sistema simbólico construído nas interações sociais, envolvendo a produção oral de diversos gêneros textuais, formais ou informais (fala), compreensão de textos enunciados pelo outro em vários contextos de uso (escuta), bem como a reflexão sobre a língua.

3.2 O Currículo do Ensino Fundamental

O currículo do Ensino fundamental é constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articulação entre vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo para construir as identidades dos estudantes.

A proposta pedagógica da escola está em consonância com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil e pelas Diretrizes da Secretária Municipal de educação de Contagem. O currículo é estruturado com base na matriz de Referência Curricular da Rede municipal de ensino de Contagem que são organizadas em áreas de conhecimento, distribuídas por ciclos, temáticas ou eixos; descritores que traduzem associação entre conteúdos desenvolvidos nas disciplinas, as competências cognitivas e as habilidades utilizadas pelos estudantes no processo de construção de conhecimento.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são organizados em relação às áreas de conhecimento:

I. Linguagem

- a) Língua Portuguesa;
- b) Inglês;
- c) Arte;
- d) Educação Física;

II. Ciências naturais e Matemática

a) Ciências;

b) Matemática;

III. Ciências Humanas;

a) História;

b) Geografia;

c) Ensino Religioso.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento articulam com os conteúdos bem como a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual, conforme Art. 16 da Resolução nº 7 do Conselho nacional de Educação (CNE), de 14/12/2010. Juntamente com os temas relativos á condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário Escolar, a partir do ano civil, define os dias de trabalho necessários ao cumprimento do ano letivo e escolar. A elaboração do calendário conta com a participação do Conselho Escolar e é submetido á aprovação da Assembleia Escolar e da Secretária Municipal de educação (SEDUC).

A proposta pedagógica da educação Infantil prevê condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos.

A organização dos tempos e espaços no ensino fundamental permite a utilização de formas diferenciadas de organizar a escola no que se refere á enturmação e aos diferentes agrupamentos para atender ás necessidades dos estudantes, bem como a diversidade de matérias, os variados suportes literários, as atividades que mobilizam o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares, as atividades de reforço, e a articulação entre a escola e a comunidade.

5. AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação Contínua na Educação Infantil

Na Educação infantil, a avaliação faz-se mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A escola possui um acompanhamento do trabalho pedagógico com registros diários para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou retenção.

5.2 Avaliação do Ensino Fundamental

A avaliação escolar ocorre de forma contínua e processual, de modo que seja possível identificar avanços , dificuldades e possibilidades dos estudantes, sem interrupções ao longo de seu processo de formação.

A avaliação dos estudantes é realizada pelos professores com o objetivo de dimensionar e redimensionar as ações pedagógicas, utilizando vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

É através dos princípios democráticos apontados na LDB que encontramos aporte legal para o processo de decisão na escola, pois nos assegura o processo democrático, com a participação de todos os atores envolvidos no processo, o qual os alunos, os pais destes, os professores, o diretor e funcionários tenham voz e voto, podendo encaminhar discussões e decisões.

Entendemos que a Educação se apresenta como “direito de todos” segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), Um direito que deve ser promovido e incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Seguindo e perseguindo os princípios de igualdade de condições, liberdade de aprendizagem, pluralismo de idéias e concepções, valorização dos profissionais da Educação, gestão democrática e por último, mais igual em importância, garantia do padrão de qualidade.

A gestão escolar democrática participativa é concebida como fator primeiro no processo de decisão na escola, auxilia na compreensão da cultura da instituição escolar e na articulação das relações sociais.

Portanto, a tomada de decisão na escola é entendida com a lógica da organização e participação nas relações e dinâmica escolar, tendo como fundamento a discussão dos mecanismos de participação, as finalidades da escola, bem como, a definição de metas e a tomada de decisão consciente e coletiva. Pensar a gestão escolar democrática participativa engloba também, “ampliar os horizontes históricos, políticos e culturais das instituições educativas, objetivando-se alcançar mais autonomia” (BRASIL, 2005, p 46).

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Entende-se as relações numa perspectiva democrática em que o exercício da cidadania é dado fundamental e tem como pressuposto a compreensão de que as relações de trabalho é ato do cotidiano do homem, integrando as inquietações do indivíduo.

Para Lucchesi (1997, p. 233-4), o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador. “[...]Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição[...]Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das microrelações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal.. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.”

Para tanto, é necessário uma gestão que realmente invista na democratização das relações, enfatizando a participação, o diálogo, foco na função da escola e garantia do direito à educação aos estudantes, esses são requisitos essencial para prática democrática das relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendimento que nosso Projeto Político Pedagógico construído com o coletivo na perspectiva de teorizar as práticas produzidas na escola. Isto é; tudo que é transmitido, e como, o que está implícito ou explícito na sala, no pátio, no corredor, refeitório, secretaria, por nossos educadores neste espaço de educação formal nos representa.

A forma como os conhecimentos são traduzidos, como e porque foram escolhidos, como são avaliados, quais entendimentos e criticidade são produzidos e com que finalidade, qual é a prioridade no tempo escolar; a aprendizagem real ou os conteúdos pré-determinados, o planejamento, não como mera formalidade a cumprir, mas como elemento de reavaliação permanente, como redimensionamento da prática pedagógica.

Práticas que revelam nossa caminhada e devem servir como instrumento de reavaliação permanente para o redimensionamento da prática no sentido de irmos materializando a meta comum pretendida e também como estímulo ao trabalho coletivo.

É um documento de grande necessidade dentro de uma escola, uma vez que ele dará suporte para um trabalho que precisa ser coletivo e por isso deverá ser construído com representantes de todas as categorias presentes na escola. Para que assim nenhuma delas sintam-se preterida perante as outras. Mas também que acima de tudo todos tenham a mesma responsabilidade.

Contudo é preciso deixar claro que nenhum PPP fará milagre e para isso antes de tudo a nossa escola precisa ter uma gestão verdadeiramente democrática, onde as decisões são discutidas coletivamente e respeitadas.

Portanto, o nosso Projeto Político Pedagógico é indispensável no processo educacional, pois a partir dele se ramificam demais ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil** . Resolução 5 de 17 de dezembro, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica**. Subsídios para diretrizes curriculares nacionais específicas da educação básica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). v. 3. Brasília: MEC, 1997.

CASTRO, Marta Luz Sisson de Castro (PUC-RS). **A Gestão da Escola Básica**: Conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal páginas 71 a 87. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acessado em 14 junho 2014.

Contagem. **Caderno de Currículo da Educação Infantil de Contagem**, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura – Contagem. 2010.

CURY, C. R. J. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) *Gestão Democrática da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001 (3ª edição).

_____, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação**. Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Texto disponível no ambiente do progra-

ma Escola de Gestores da Educação Básica. p. 01-24. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> Acesso em: 13 mai. 2014.

DOURADO, L. **Gestão escolar democrática** – a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

_____. **A Gestão Democrática**, Eleição de Diretores e a Construção de Processos de Participação e Decisão na Escola. Acesse: www.tvebrasil.com.br/salto

Educadores na Rede – **Contagem: Proposta de alfabetização e letramento** / Prefeitura Municipal de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. - Belo Horizonte:CEALE/FaE/UFMG, 2007.

GANDIN, D. A **Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação; Porto Alegre, RS, 2004.

_____, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré- escola à universidade. Porto Alegre: Mediação; Porto Alegre, RS, 2004.

LAVAL, C. A. **Escola não é uma Empresa**; o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5ª ed. – Goiânia/GO – Editora Alternativa, 2004.

_____, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHE, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** Série Idéias (8):71-80. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990.

_____, M. A S. **O diretor da escola pública**, um articulador. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/> Acesso em: 02 de julho de 2014.

PARO, V. A gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. Administração Escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações.** (3ª ed.) São Paulo: Cortez Editora, 1992.

NETO, Antônio Cabral Neto E ALMEIDA, Maria Doninha de Almeida (UFRN). **Educação e Gestão Descentralizada:** Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político-Pedagógico. Páginas 35 a 46. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>. Acessado em 14 junho 2014.

SILVA, Marta Leandro. **Planejamento Escola na perspectiva democrática.** Disponível em <http://moodle1.mec.gov.br/coordenacao/ufop/>. Acesso em 19/06/14.

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____ .**Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001. p. 103-119.

_____, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: LURIA, A. R. et al. Psicologia e pedagogia: Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. v.1 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991. p. 31-50.

WITTMANN, Lauro Carlos (FURB). **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão**: novas demandas para o gestor páginas 88 a 96. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acessado em 14 junho 2014.